Prezado/a  Andréa Nascimento, Cello Latini e Wallace de Moraes,

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Revista Estudos Libertários UFRJ.

Escrevemos para encaminhar manuscrito do artigo NORMATIZAÇÃO E EXPERIÊNCIA DISCRIMINATÓRIA: ANÁLISE DA CIDADANIA PRECÁRIA LGBTQIA+ para ser avaliado para o Dossiê “CORPOS DISSIDENTES DE GÊNERO – NARRATIVAS SUBVERSIVAS PARA A EMANCIPAÇÃO”.

O texto é um aspecto da pesquisa desenvolvida em iniciação científica e trabalho de conclusão de curso no curso de Direito na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. De maneira geral, o levantamento realizado considerou orientação sexual e identidade de gênero com uma variável central para compreender práticas estatais que caracterizam a conformação de uma política oficial homolesbotranfóbica ao longo da constituição da política de Estado sobre sexualidade e gênero.

São os autores:

Mateus Camacho: Graduando em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), pesquisador da temática “Cidadania e Direitos LGBTQIA+”.

Ingrid Viana Leão: Doutora e Mestra em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da USP. Docente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Integra o Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM Brasil). Publicações importantes:

[**LEÃO, Ingrid Viana**](http://lattes.cnpq.br/7974855064205343). Operações Policiais no Brasil: busca por trégua na política de morte na pandemia. In: Claudia Karina Ladeira Batista; Etiene Maria Bosco; Rodrigo Cogo. (Org.). Direito, Estado e Sociedade: desafios e perspectivas em tempos de pandemia. 1ed.São Carlos: Pedro e João, 2021, v. , p. 223-236.

[**LEÃO, Ingrid Viana**](http://lattes.cnpq.br/7974855064205343); [BARWINSKI, S. L. L. B.](http://lattes.cnpq.br/7298661989186462) . A interpretação sem ruídos sobre gênero na escola: sintonia entre não discriminação e vida sem violência. In: Samantha Ribeiro Meyer-Pflug Marques; Renata Mota Maciel; Patrícia Pacheco Rodrigues; Samira Rodrigues Pereira Alves. (Org.). A Constituição por elas: a interpretação constitucional sob a ótica das mulheres. 1ed.São Paulo: Uninove, 2021, v. 1, p. 1094-1111.

[**LEÃO, Ingrid**](http://lattes.cnpq.br/7974855064205343). Igualdade de gênero no currículo escolar: os significados na Lei Maria da Penha até a Judicialização da política educacional. In: Wânia Pasinato; Bruno Amaral Machado; Thiago Pierobom de Ávila. (Org.). Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. 1ed.São Paulo: Marcial Pons, 2019, v. 1, p. 1-320.

[**LEÃO, Ingrid**](http://lattes.cnpq.br/7974855064205343); [CASTANHO, W. G. T.](http://lattes.cnpq.br/7974855064205343) . Identidade de gênero e orientação sexual no currículo: fundamentos e ameaças aos direitos LGBTI. In: Ligia Ziggiotti de Oliveira; Josafá Moreira da Cunha; Rafael dos Santos Kirchhoff. (Org.). Educação e Interseccionalidades. 1ed.Curitiba: NEAB-UFPR, 2018, v. 1, p. 87-102.

RESUMO

Este artigo analisa essas práticas discriminatórias contra a população LGBTQIA+ sob a perspectiva do conceito de necropolítica que, conforme o filósofo Achille Mbembe (2018), se apoia na ideia de que o Estado, enquanto soberano, dispõe da capacidade de decidir quem importa e quem não importa, de descartar aqueles considerados descartáveis. A leitura sobre cidadania precária se desenvolve com base no trabalho de Berenice Bento (2014) para compreender que a homo-lesbo-transfobia é parte de um projeto resultante do desprezo e do preconceito social, mas que sempre foi estimulado por forças do Estado direta ou indiretamente através daqueles que desde sempre se mantiveram nas esferas de representações políticas corroborando que a condição de ser LGBTQIA+ sempre foi objeto de perseguições e violências e que, ao longo da história brasileira, essas pessoas não só foram consideradas não detentoras de direitos como tinham as suas existências questionadas. Para este estudo,  foi realizado um levantamento sobre compilações jurídicas  e dispositivos de leis que regem o Brasil desde o Período Colonial para assim evidenciar que o Estado brasileiro sempre agiu a favor de um país hetero-cisnormativo.

Palavras-chave: Necropolítica; Direito Antidiscriminatório; Cidadania LGBT; Violência de Estado